jurisprudência.pt

Tribunal da Relação de Lisboa Processo nº 3974/23.0T8CSC-B.L1-4

Relator: PAULA POTT **Sessão:** 26 Março 2025

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: PROCEDENTE

NULIDADE

CONTRADITÓRIO

AUDIÊNCIA DE PARTES

Sumário

Deveres de gestão processual - Falta de observância do contraditório - Dispensa de realização da audiência de partes - Omissão de actos que a lei prescreve com influência no exame ou decisão da causa - Nulidade - Artigos 27.º n.º 1, 51.º, 54.º, 55.º e 56.º do Código de Processo do Trabalho - Artigos 195.º n.º 1, 199.º n.º 2 e 200.º n.º 3 do Código de Processo Civil

Texto Integral

Acordam em conferência, na 4.ª Secção do Tribunal da Relação de Lisboa

Despacho recorrido

1. Despacho de 6.3.2024, com a referência citius 149622997, proferido pelo 2.º Juízo do Trabalho de Cascais, Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste (seguidamente também Tribunal *a quo*, Tribunal recorrido ou Tribunal de primeira instância).

Contornos do litígio

2. Os recorridos / autores , invocando a qualidade de trabalhadores, intentaram a presente acção sob a forma de processo comum de declaração, nos termos dos artigos 51.º e seguintes do Código de Processo do Trabalho (CPT), pedindo, em síntese, o pagamento de quantias emergentes dos respectivos contratos de trabalho que, na sua óptica, são devidas pelas rés, na qualidade de empregadoras, e tendo indicado à causa o valor de 38.545,35 euros - cf. petição inicial com a referência citius 24653676 de 15.12.2023, cujo teor se dá por reproduzido, junta aos autos principais aos quais o Tribunal da Relação tem acesso via citius (a que dizem respeito as referências

citius a seguir mencionadas sem outra indicação).

- 3. Por despacho de 29.1.2024, com a referência citius 148793279, cujo teor se dá por reproduzido, o Tribunal *a quo*, ao abrigo do disposto no artigo 27.º do CPT, dispensou a realização da audiência de partes prevista no artigo 54.º n.º 2 do CPT e ordenou a citação da ré para contestar, em 30 dias, sem ter previamente ouvido as partes.
- 4. Por requerimento de 15.2.2024 com a referência citius 25037506, cujo teor se dá por reproduzido, as rés, arguiram a nulidade do despacho mencionado no parágrafo anterior com base, em síntese, no disposto nos artigos 1.º, 54.º, 56.º do CPT e 195.º n.º 1 do Código de Processo Civil (CPC).
- 5. As restantes partes nada disseram.
- 6. Por despacho de 6.3.2024, com a referência citius 149622997, cujo teor se dá por reproduzido, o Tribunal *a quo* indeferiu o requerimento mencionado no parágrafo 4.
- 7. Por requerimento de 10.4.2024, com a referência citius 25417351, cujo teor se dá por reproduzido, a ré/recorrente, interpôs o presente recurso do despacho mencionado no parágrafo 6, defendendo, em síntese que o Tribunal *a quo* infringiu o disposto nos artigos 54.º n.º 2 e 56.º b) do CPT. No recurso, a recorrente formula o seguinte pedido:
- "(...) deve ser dado provimento ao presente recurso e, em consequência, ser revogado o despacho recorrido e, consequentemente, o proferido em 29.01.2024, determinando-se realização da citação das RR. para comparecerem em audiência de partes, com advertência das inerentes cominações pela sua falta, com as demais consequências e efeitos legais."
- 8. Por despacho de 24.5.2024, com a referência citius 151099241, cujo teor se dá por reproduzido, o Tribunal *a quo* não admitiu o recurso mencionado no parágrafo anterior, em síntese, por julgar que os despachos de agilização processual ou que incidem sobre nulidades previstas no artigo 195.º n.º 1 do CPC, como foi o caso, não admitem recurso.
- 9. Por requerimento de 12.6.2024, com a referência citius 25815657, cujo teor se dá por reproduzido, a ré reclamou do despacho mencionado no parágrafo anterior, que não admitiu o recurso.
- 10. As restantes partes não responderam à reclamação.
- 11. Remetida a reclamação ao Tribunal da Relação, a mesma foi atendida por despacho de 15.7.2024, com a referência citius 21828014, proferido no apenso A, cujo teor se dá por inteiramente reproduzido.
- 12. Tendo o presente recurso sido admitido e enviado ao Tribunal da Relação, cumpre apreciá-lo

Parecer do Ministério Público

13. O digno magistrado do Ministério Público junto ao Tribunal da Relação,

emitiu parecer (cf. referência citius 22289199 de 5.1.2024), ao abrigo do disposto no artigo 87.º n.º 3 do Código de Processo do Trabalho (CPT), pugnado por que seja concedido provimento ao recurso, revogado o despacho recorrido e substituído por outro que designe data para a audiência de partes, porque, na sua óptica, os artigos 27.º, 51.º, 54.º e 56.º do CPT não comportam a solução pela qual optou o Tribunal *a quo*.

Delimitação do âmbito do recurso

14. Tem relevância para a decisão do recurso a seguinte questão:

A. Violação do disposto nos artigos 54.º n.º 2 e 56.º do Código de Processo do Trabalho

Factos que servem para fundamentar o presente acórdão

15. Os factos processuais mencionados nos parágrafos 1 a 13, resultantes dos autos e termos com as referências citius acima indicadas.

Quadro legal relevante

16. Para a apreciação do recurso tem relevo, essencialmente, o quadro legal seguinte:

Código de Processo do Trabalho ou CPT

Artigo 1.º

Âmbito e integração do diploma

- 1 O processo do trabalho é regulado pelo presente Código.
- 2 Nos casos omissos recorre-se sucessivamente:
- a) À legislação processual comum, civil ou penal, que directamente os previna;
- b) À regulamentação dos casos análogos previstos neste Código;
- c) À regulamentação dos casos análogos previstos na legislação processual comum, civil ou penal;
- d) Aos princípios gerais do direito processual do trabalho;
- e) Aos princípios gerais do direito processual comum.
- 3 As normas subsidiárias não se aplicam quando forem incompatíveis com a índole do processo regulado neste Código.

Artigo 27.º

Dever de gestão processual

- 1 Cumpre ao juiz, sem prejuízo do ónus de impulso especialmente imposto pela lei às partes, dirigir ativamente o processo e providenciar pelo seu andamento célere, promovendo oficiosamente as diligências necessárias ao normal prosseguimento da ação, recusando o que for impertinente ou meramente dilatório e, ouvidas as partes, adotando mecanismos de simplificação e agilização processual que garantam a justa composição do litígio em prazo razoável.
- 2 O juiz deve, até à audiência final:
- a) Mandar intervir na ação qualquer pessoa e determinar a realização dos atos

necessários ao suprimento da falta de pressupostos processuais suscetíveis de sanação;

b) Convidar as partes a completar e a corrigir os articulados, quando no decurso do processo reconheça que deixaram de ser articulados factos que podem interessar à decisão da causa, sem prejuízo de tais factos ficarem sujeitos às regras gerais sobre contraditoriedade e prova.

Artigo 51.º

Tentativa de conciliação

- 1 A tentativa de conciliação realiza-se obrigatoriamente quando prescrita neste Código.
- 2 A tentativa de conciliação é presidida pelo juiz e destina-se a pôr termo ao litígio mediante acordo equitativo, devendo o juiz empenhar-se ativamente na obtenção da solução mais adequada aos termos do litígio.

Artigo 54.º

Despacho liminar

- 1 Recebida a petição, se o juiz nela verificar deficiências ou obscuridades, deve convidar o autor a completá-la ou esclarecê-la, sem prejuízo do seu indeferimento nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 590.º do Código de Processo Civil.
- 2 Estando a ação em condições de prosseguir, o juiz designa uma audiência de partes, a realizar no prazo de 15 dias.
- 3 O autor é notificado e o réu é citado para comparecerem pessoalmente ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, se fazerem representar por mandatário judicial com poderes especiais para confessar, desistir ou transigir.
- 4 Com a citação é remetido ou entregue ao réu duplicado da petição inicial e cópia dos documentos que a acompanhem.
- 5 Se a falta à audiência for julgada injustificada, o faltoso fica sujeito às sanções previstas no Código de Processo Civil para a litigância de má-fé. Artigo 55.º

Audiência de partes

- 1 Declarada aberta a audiência, o autor expõe sucintamente os fundamentos de facto e de direito da sua pretensão.
- 2 Após a resposta do réu, o juiz procurará conciliar as partes, nos termos e para os efeitos dos artigos $51.^{\circ}$ a $53.^{\circ}$

Artigo 56.º

Outros atos da audiência

Frustrada a conciliação, a audiência prossegue, devendo o juiz:

- a) Ordenar a notificação imediata do réu para contestar no prazo de 10 dias;
- b) Determinar a prática dos atos que melhor se ajustem ao fim do processo,

bem como as necessárias adaptações, depois de ouvidas as partes presentes; c) Fixar a data da audiência final, com observância do disposto no artigo 151.º do Código de Processo Civil.

Código de Processo Civil ou CPC

Artigo 3.º

Necessidade do pedido e da contradição

- 1 O tribunal não pode resolver o conflito de interesses que a ação pressupõe sem que a resolução lhe seja pedida por uma das partes e a outra seja devidamente chamada para deduzir oposição.
- 2 Só nos casos excecionais previstos na lei se podem tomar providências contra determinada pessoa sem que esta seja previamente ouvida.
- 3 O juiz deve observar e fazer cumprir, ao longo de todo o processo, o princípio do contraditório, não lhe sendo lícito, salvo caso de manifesta desnecessidade, decidir questões de direito ou de facto, mesmo que de conhecimento oficioso, sem que as partes tenham tido a possibilidade de sobre elas se pronunciarem.
- 4 Às exceções deduzidas no último articulado admissível pode a parte contrária responder na audiência prévia ou, não havendo lugar a ela, no início da audiência final.

Doutrina que o Tribunal leva em conta

- 17. O Tribunal leva em conta os seguintes elementos, mencionados na fundamentação:
- Hélder Quintas, Comentários ao Código de Processo do Trabalho, Almedina. <u>Apreciação do recurso</u>
- A. Violação do disposto nos artigos 54.º n.º 2 e 56.º do Código de Processo do Trabalho
- 18. A título liminar o Tribunal começa por recordar que os preceitos do Código de Processo Civil a seguir mencionados sem outra indicação, são aplicáveis no presente caso, por força do disposto no artigo 1.º n.º 2 a) do Código de Processo do Trabalho (CPT).
- 19. A recorrente defende que o despacho de agilização processual mencionado no parágrafo 3 que dispensou a realização da audiência de partes prevista no artigo 54.º n.º 2 do CPT e ordenou a citação das rés para contestar, em 30 dias devia ter sido declarado nulo pelo despacho recorrido, mencionado no parágrafo 6, uma vez que as rés arguiram essa nulidade por existir infracção ao disposto nos artigos 54.º e 56.º do CPT. Na ótica da ré/recorrente, o Tribunal *a quo* infringiu os princípios do contraditório, da legalidade e da igualdade de tratamento, pelo que, a nulidade em causa é susceptível de influir no exame da causa, nos termos do artigo 195.º n.º 1 do CPC.
- 20. A argumentação da recorrente levanta dois problemas ao Tribunal. O

primeiro problema consiste em saber se ao abrigo do dever de gestão processual e dos poderes de agilização e simplificação conferidos ao juiz pelo artigo 27.º do CPT, o Tribunal *a quo*, sem ouvir previamente as partes, pode, no despacho liminar, dispensar a realização da audiência de partes e conferir às rés um prazo para contestar maior do que o previsto na lei para esta forma de processo, fundamentando a sua decisão em razões de eficácia e celeridade processual, como sucedeu.

- 21. A resposta que o Tribunal da Relação dá a este problema é que o juiz só pode adoptar mecanismos de simplificação e agilização processual, como os que aqui estão em causa, depois de ouvidas as partes.
- 22. É o que resulta expressamente do disposto no artigo 27.º n.º 1 do CPT ao prever:
- "(...) e, ouvidas as partes, adoptando mecanismos de simplificação e agilização processual que garantam a justa composição do litígio em prazo razoável".
- 23. Em particular, no que respeita ao processo comum de declaração aqui em causa, resulta do artigo 56.º b) do CPT que os mecanismos de agilização e/ou adequação processual devem ter lugar na própria audiência de partes, frustrada a conciliação e depois de ouvidas as partes. Com efeito, o artigo 56.º b) do CPT estabelece:

"Frustrada a conciliação, a audiência prossegue, devendo o juiz: (...) b)

Determinar a prática dos atos que melhor se ajustem ao fim do processo, bem como as necessárias adaptações, depois de ouvidas as partes presentes;(...).

24. O Tribunal presume que o legislador adoptou a melhor solução no artigo 56 - b) do CPT (cf. artigo 9.º do Código Civil), ao prever que o recurso ao dever de gestão processual, no caso do processo laboral comum de declaração, tem de ocorrer na audiência de partes porque nessa fase é possível cumprir o requisito legalmente exigido de ouvir ambas partes, o que não sucede na fase do despacho liminar em que as rés ainda não foram citadas.

- 25. A esse propósito, o Tribunal recorda ainda que o artigo 3.º n.º 3 do CPC prevê que o princípio geral do contraditório deve ser observado ao longo de todo o processo, como se segue:
- "O juiz deve observar e fazer cumprir, ao longo de todo o processo, o princípio do contraditório, não lhe sendo lícito, salvo caso de manifesta desnecessidade, decidir questões de direito ou de facto, mesmo que de conhecimento oficioso, sem que as partes tenham tido a possibilidade de sobre elas se pronunciarem."
- 26. Dito isto, à luz dos preceitos legais acima mencionados, o Tribunal *a quo* devia ter observado o contraditório prévio antes de ordenar as medidas de agilização, simplificação e/ou adequação processual aqui em crise.

- 27. Não o tendo feito, infringiu o princípio geral do contraditório consagrado no artigo 3.º n.º 3 do CPC, que se encontra vertido nos artigos 27.º n.º 1 e 56.º b) do CPT.
- 28. Tal omissão, não constitui uma nulidade principal, mas é uma irregularidade que, se influir no exame ou na decisão da causa, gera uma nulidade, como resulta dos artigos 195.º n.º 1, 199.º n.º 2 e 200.º n.º 3 do CPC.
- 29. Na verdade, a omissão do acto (do contraditório) influi no exame ou decisão da causa porque tendo os actos processuais por finalidade principal assegurar a justa decisão do litígio, era obrigatório, nos termos dos artigos 3.º n.º 3 do CPC, 27.º n.º 1 e 56.º -b) do CPT o exercício do contraditório sobre a questão das medidas de agilização e adequação processual ordenadas pelo Tribunal, por se tratar de questão que até então não fora suscitada nem debatida pelas partes. A omissão deste acto comprometeu o exame ou decisão da causa.
- 30. Verificam-se assim os dois pressupostos da nulidade, a saber, a omissão do acto (observância do contraditório) imposto pelos artigos 3.º n.º 3 do CPC, 27.º n.º 1 e 56.º b) do CPT; e a influência no exame ou decisão da causa.
- 31. Omitido o acto que a lei prescreve, devem ser anulados os termos subsequentes que estiverem na dependência absoluta da nulidade cometida artigo 195.º n.º 2 do CPC. Com a ressalva, porém, de que a parte em que o despacho liminar ordenou a citação das rés para a presente acção e a citação das rés já efectuada, são actos que se mantêm válidos. Com efeito, tais actos devem aproveitar-se uma vez que o artigo 54.º n.º 3 do CPT prevê que no despacho liminar o juiz ordena a citação do réu. O que não é válido, como será explicado infra, é a parte do despacho que concedeu às rés o prazo de 30 dias para contestar.
- 32. <u>O segundo problema</u> levantado pela argumentação da recorrente consiste em saber se o Tribunal *a quo* pode, ao abrigo dos deveres de gestão processual, omitir a realização da audiência prévia. A recorrente e o digno magistrado do Ministério Público defendem que não.
- 33. O Tribunal começa por recordar que o artigo 54.º n.º 2 do CPT prevê que no despacho liminar "Estando a acção em condições de prosseguir o juiz designa uma audiência de partes". O artigo 54.º do CPT não menciona que esse acto possa ser dispensado ou que se trate de um mero poder do juiz. Motivo pelo qual se afigura que o juiz tem o dever de designar a audiência de partes.
- 34. Não o tendo feito, a omissão de designar a audiência de partes traduz-se na omissão de um acto que a lei prescreve, que não constitui uma nulidade principal, mas é uma irregularidade que, se influir no exame ou na decisão da

causa, gera uma nulidade, nos termos previstos nos artigos $195.^{\circ}$ n. $^{\circ}$ 1, $199.^{\circ}$ n. $^{\circ}$ 2 e $200.^{\circ}$ n. $^{\circ}$ 3 do CPC.

- 35. Para saber se a omissão desse acto influi no exame da causa o Tribunal leva em conta que os objectivos da audiência de partes prevista nos artigos 55.º e 56.º do CPT são essencialmente três (cf. Hélder Quintas, Comentários ao Código de Processo do Trabalho, Almedina, páginas 425 e 426):
- O primeiro, é facilitar a obtenção da conciliação numa fase inicial do processo, em que o litígio não está sedimentado porque não foi apresentada contestação e as partes não se radicalizaram ainda, sendo previsível que tenham nessa fase maior disponibilidade para chegarem a acordo;
- O segundo, é a celeridade, pois a audiência de partes é um meio de obter uma decisão mais rápida do litígio através da conciliação;
- O terceiro, é contribuir para a definição do objecto do litígio numa fase inicial permitindo ao Tribunal ordenar, em função disso, as medidas de simplificação da tramitação processual mais adequadas à rápida resolução do verdeiro litígio.
- 36. Daqui resulta que a não realização da audiência de partes influi no exame e decisão da causa, pois de acordo com a solução consagrada pelo legislador, os objectivos da agilização processual que são a celeridade e a justa composição do litígio (cf. artigo 27.º n.º 1 parte final do CPT), devem ser alcançados nesta fase inicial, na audiência de partes, mediante a conciliação ou, não sendo ela possível, mediante medidas de adequação processual que só podem ser ordenadas pelo Tribunal depois de ouvidas as partes e de o objecto do processo ter sido minimamente delimitado por meio dessa audição.
- 37. Pelo que, verificam-se os dois pressupostos da nulidade, a saber, a omissão do acto (designação da audiência de partes) imposto pelos artigos 54.º n.º 2, 55.º e 56.º do CPT; e a influência no exame ou decisão da causa.
- 38. Omitido o acto que a lei prescreve, devem ser anulados os termos subsequentes que estiverem na dependência absoluta da nulidade cometida artigo 195.º n.º 2 do CPC. Em consequência, embora se mantenha válida a citação das rés, deve ser anulada a decisão que concedeu às rés o prazo de 30 dias para contestarem, uma vez que antes da audiência de partes e da tentativa de conciliação que é aí obrigatória (cf. artigos 51.º e 55.º do CPT), não é possível saber se há ou não lugar à apresentação da contestação. 39. Por todo o exposto, o Tribunal da Relação revoga o despacho recorrido
- 39. Por todo o exposto, o Tribunal da Relação revoga o despacho recorrido acima mencionado no parágrafo 6 e substitui-o por outro que declara nulo o despacho mencionado no parágrafo 3 na parte em que dispensou a realização da audiência de partes e concedeu às rés o prazo de 30 dias para contestarem, declara nulos os actos subsequentes ao despacho mencionado no parágrafo 3 que estão na absoluta dependência desse despacho, o que cabe ao Tribunal de

primeira instância verificar, com excepção da citação das rés para a presente acção que se mantém válida, e ordena ao Tribunal de primeira instância que designe data para a audiência de partes e notifique ambas as partes para comparecerem nos termos e com a cominação previstos no artigo 54.º n.ºs 2 e 3 do CPT.

40. Motivos pelos quais procede o recurso.

Em síntese

- 41. A omissão do contraditório (cf. artigos 3.º n.º 3 do CPC, 27.º n.º 1, 56.º b) do CPT) e a omissão de designar a audiência de partes (cf. artigos 54.º n.º 2, 55.º e 56.º- b) do CPT) constituem omissões de actos que a lei prescreve. Embora tais omissões não sejam nulidades principais, são irregularidades que têm influência no exame ou decisão da causa. Pelo que, essas omissões geram a nulidade prevista nos artigos 195.º n.º 1, 199.º n.º 2 e 200.º n.º 3 do CPC. 42. Omitidos os actos que a lei prescreve, devem ser anulados os termos subsequentes que estiverem na dependência absoluta da nulidade cometida artigo 195.º n.º 2 do CPC.
- 43. Motivos pelos quais o Tribunal da Relação revoga o despacho recorrido acima mencionado no parágrafo 6 e substitui-o por outro que declara nulo o despacho mencionado no parágrafo 3 na parte em que dispensou a realização da audiência de partes e concedeu às rés o prazo de 30 dias para contestarem, declara nulos os actos subsequentes ao despacho mencionado no parágrafo 3, que estão na absoluta dependência desse despacho, o que cabe ao Tribunal de primeira instância verificar, com excepção da citação das rés para a presente acção que se mantém válida, e ordena ao Tribunal de primeira instância que designe data para a audiência de partes e notifique ambas as partes para comparecerem nos termos e com a cominação previstos no artigo 54.º n.ºs 2 e 3 do CPT.

Decisão

Acordam os Juízes desta secção em julgar procedente o recurso e, em conformidade:

- I. Revogar o despacho recorrido acima mencionado no parágrafo 6 e substituilo por outro que declara nulo o despacho mencionado no parágrafo 3 na parte em que dispensou a realização da audiência de partes e concedeu às rés o prazo de 30 dias para contestarem.
- II. Declarar nulos os actos subsequentes ao despacho mencionado no parágrafo 3, que estão na absoluta dependência desse despacho, o que cabe ao Tribunal de primeira instância verificar, com excepção da citação das rés para a presente acção que se mantém válida.
- III. Ordenar ao Tribunal de primeira instância que designe data para a

audiência de partes e notifique ambas as partes para comparecerem nos termos e com a cominação previstos no artigo $54.^{\circ}$ n. $^{\circ}$ s 2 e 3 do Código de Processo do Trabalho.

IV. As custas do recurso ficarão a cargo das partes na proporção em que ficarem vencidas a final na acção principal – artigo 527.º n.º 1 do CPC, aplicável ex vi artigo 87.º n.º 1 do CPT.

Lisboa, 26 de Março de 2025 Paula Pott Alves Duarte Alda Martins